

Um diálogo concreto com os credores

por Celso Pinto
de Brasília



Saraiva Guerreiro

"A filosofia está acertada", definiu o chanceler Saraiva Guerreiro após duas horas de reunião com os ministros Delfim Netto e Ernane Galvães, consumidas na discussão da posição que o Brasil levará na próxima reunião dos devedores latino-americanos. Esta filosofia, na descrição de Guerreiro, está centrada no desejo de que o encontro dos devedores não fique apenas em declarações genéricas mas produza propostas mais concretas, mais detalhadas sobre a questão da dívida.

A idéia, claramente, é ir além das colocações mais gerais dos chanceleres latino-americanos em Quito, e até mesmo dos termos da nota conjunta do Brasil, México, Colômbia e Argentina. O que se quer, explicou uma fonte do Itamaraty a este jornal, é que a próxima reunião dos devedores produza idéias específicas o suficiente para estimular um diálogo concreto com os países credores — a ser ou não formalizado através de uma reunião conjunta.

De outro lado, no entanto, como disse Guerreiro, as propostas não podem esbarrar em detalhamento tão específico que se confunda com o próprio processo de negociação com os bancos, que deve continuar sendo conduzido a nível individual. "Só se pretende discutir o que é de interesse comum de todos os devedores", disse Guerreiro.

No centro destas questões de princípio gerais, em sua opinião, está a necessi-

bém ainda não está definida Bogotá como sede do encontro.

A declaração ontem no Equador de uma moratória no pagamento de sua dívida externa por dezoito meses "é uma questão interna, soberana, não é uma questão que consideramos conjunta", definiu Guerreiro. A reunião, disse ele, justifica-se independentemente de decisões unilaterais de países latino-americanos. No máximo, acredita, a moratória do Equador poderia ser entendida como "uma demonstração de que em alguns casos se pode chegar a situações extremas".

Discutir moratória não é intenção dos países que se reunirão. "Nós, certamente, não estamos pensando em declarar moratória nem parcial", acentuou Guerreiro.

O chanceler mais uma vez desmentiu divergências suas com o ministro Delfim Netto. "Delfim está inteiramente de acordo com o que se está fazendo, estamos trabalhando em conjunto", afirmou. Na reunião, segundo uma fonte, não teria havido grandes divergências entre os ministros.

REAÇÃO

Houve, inequivocadamente, uma primeira reação negativa da área econômica do governo à nota conjunta dos devedores. A principal objeção era de que o Brasil, depois de duros sacrifícios, estaria credenciado hoje a obter maiores vantagens na negociação de sua dívida. A iniciativa conjunta poderia trazer inquietação ao mercado financeiro ou nivelar na discussão das condições o Brasil a países como a Argentina. Em suma, poderia haver mais riscos do que vantagens na idéia de se conduzir coletivamente as reclamações que o Brasil já vinha fazendo individualmente.

Guerreiro procurou deixar claro que a iniciativa política se soma — e não exclui ou substitui — à discussão técnica; que não se quer criar situações de confronto, mas levar credores e devedores a uma reflexão conjunta sobre o alcance da questão da dívida. Segundo a fonte diplomática, "se houve resistências iniciais dos ministros econômicos, elas foram revisadas".

dade de reduzir o grau de imprevisibilidade nos termos de pagamento da dívida. Outros pontos de interesse comum são a redução dos juros, alongamento de prazos e maior acesso aos mercados industrializados.

LINHA GERAL

Acertada a linha geral de trabalho, caberão às assessorias do Itamaraty, Fazenda e Seplan, segundo Guerreiro, detalhar nos próximos dias as propostas específicas que o Brasil irá sugerir na reunião dos devedores. Um limite claro para estas propostas, segundo a fonte diplomática, é evitar que sugestões extremas possam "encurralar" os credores de tal forma que não se deixem alternativas para um diálogo posterior. "A pior posição de uma negociação é não ter portas de saída", lembrou a fonte.

Ainda não está acertada nem a data nem o local deste encontro. A idéia original, brasileira, era realizá-lo para os dias 21 e 22, segundo o chanceler. Tam-